

# AUTORITARISMO E LITERATURA: A HISTÓRIA COMO TRAUMA

*Jaime Ginzburg\**

*Existe uma relação direta entre a fragmentação formal em obras literárias na modernidade e uma série de mudanças histórico-sociais que alteraram profundamente as relações entre os seres humanos e abalaram a concepção clássica de sujeito. Dessa relação, discutida de diferentes modos por Theodor Adorno, Erich Auerbach e George Steiner, entre outros, fica evidente aqui um aspecto em particular – a desumanização. A principal mediação conceitual consiste na categoria do “trauma”, que permite associar o problema da crise da representação com a violência do processo histórico.*

---

\* Professor do Curso de Letras da Universidade Federal de Santa Maria (RS).

Escritores como Machado de Assis, Graciliano Ramos, Dyonélio Machado, Carlos Drummond de Andrade, Guimarães Rosa, Clarice Lispector e Caio Fernando Abreu, para citar apenas alguns, elaboraram suas representações da condição humana acentuando seu caráter problemático e agônico, em acordo com o fato de que, no contexto histórico brasileiro, a constituição da subjetividade é atingida pela opressão sistemática da estrutura social, de formação autoritária. Sendo abalada a noção de sujeito, em razão do impacto violento dessa opressão, é abalada também a concepção de representação. Esta se fragmenta, exigindo do leitor a perplexidade diante das dificuldades de constituição de sentido, tanto no campo da forma estética, como no campo da experiência social. Por que é difícil constituir sentido na experiência social? Para dizer de forma breve, as representações da História, nesses escritores, resistem à acomodação em lógicas lineares causais, ou a esquemas positivistas, incorporando contradições e indeterminações, e se aproximando do que Benjamin propunha como uma representação da História como sucessão de catástrofes, como ruína. Como já mostraram alguns de seus estudiosos, esses escritores, ao lado de outros (mas diferentemente de outros), estiveram atentos ao quanto há de violência, injustiça e agonia na sociedade brasileira, e trouxeram a problematização do externo para o interno, atingindo assim a forma de suas criações.

Em Machado de Assis, por exemplo, a narrativa de ficção vai se constituir em meio a uma problematização do ato de narrar, em consonância com a problematização do sujeito em um contexto desumano. Como explica claramente Antonio Sanseverino, seguindo as reflexões de Walter Benjamin,

o mundo administrado e estandardizado acaba com a unidade, com a experiência individual. O que rege é a abstração da mercadoria, da falsa universalidade. Assim, no romance contemporâneo, (...) a ilusão é quebrada pela variação de posturas do narrador, que introduz o leitor na construção do discurso ficcional.

A representação deixa de lado a “aparência de totalidade sem fissuras” e o conduz à expressão da cisão das relações entre o sujeito e o mundo empírico (Sanseverino, 131-2). Caem as máscaras do realismo de fachada, caem as acomodações, e são expostas as discontinuidades da subjetividade cuja constituição foi atingida, em seu cerne, pela opressão da História.

O processo de abalo das concepções tradicionais de representação da modernidade é amplo. A fragmentação das formas literárias tradicionais

é constante, no mínimo, desde o Romantismo, isso sem mencionar antecedentes importantes. Sem pretender contemplar todas as dimensões desse processo, cabe apontar, em linha proposta por Theodor Adorno, uma motivação histórica que contribui como um fator de aumento de sua difusão e complexidade. Isso importa sobretudo nos casos, dentro da literatura brasileira, em que as explicações que se baseiam em adoção de influências se esgotaram, mostrando sua insuficiência. Podem existir escritores que adotaram a fragmentação formal apenas por idolatria de um escritor estrangeiro, ou por uma atitude de vanguarda, como puro experimento formal. Não são esses escritores que interessam aqui. Interessam aqueles capazes de refletir, dentro da produção literária, problemas que transcendem à forma em si mesma e que constituem prioridades no âmbito social.

A motivação histórica a que nos referimos consiste na experiência da formação social calcada em autoritarismo e opressão, que contribui sistematicamente para a desumanização. Cabe ressaltar, mesmo considerando uma dimensão ocidental do fenômeno, a especificidade da desumanização no país. A crise do sujeito, no Brasil, não se dá nas mesmas condições nem pelas mesmas razões que se dá em países europeus. A constituição do sujeito, contextualizada na formação social brasileira, é abalada desde suas bases pelo solo violento e destrutivo em que se desenvolve.

Quando Drummond nos joga constantemente para perto do medo, Rosa nos aponta o inferno como nossa origem, Lispector discute a problemática de narrar a estória de uma mulher oprimida, Dyonélio toca no limiar da loucura, isso é feito de um modo que se apresentem marcas de um contexto social opressor e difícil, em que as possibilidades de emancipação e liberdade individual são limitadas e questionadas. A violência é, conforme Karl Erik Schollhammer, constitutiva de nossa formação social.

Na medida em que percebemos como a História é violenta, como o autoritarismo nos marca profundamente, como os antagonismos sociais são radicalmente difíceis, como nossa experiência não é passível de fácil entendimento, é acentuada nossa perplexidade. Ficamos perplexos porque a História pesa sobre nós como um trauma, difícil de assimilar, de compreender, e representá-la, considerando sua complexidade, exige uma atitude de renovação, perante as limitações dos recursos de linguagem convencionais.

Encarar o processo histórico a partir do conceito de “trauma” da psicanálise nos leva, necessariamente, a avaliar nossa capacidade de compreender e representar o passado. Conhecemos traumas coletivos, sociais. Para o entendimento das relações entre Literatura e História, é

fundamental considerar a importância dos traumas históricos como motivação para mudanças nos modos de representação literária, tanto na Europa como no Brasil.

Em seu excelente ensaio “A história como trauma”, centrado na reflexão sobre a literatura que tematiza o Holocausto, Márcio Seligmann-Silva desenvolve uma apurada discussão conceitual. Gostaria de iniciar minha reflexão recuperando e comentando alguns tópicos examinados pelo autor.

Seligmann observa, no campo das formas literárias, a tendência moderna à consolidação de gêneros híbridos, em lugar dos tradicionais gêneros puros. De modo correlato, no campo reflexivo, o desenvolvimento de um questionamento a respeito da própria noção de verdade. Em ambos os casos, a noção de representação da realidade é abalada em seus fundamentos. Os moldes tradicionais de entendimento da linguagem são postos em questão. Para Seligmann, esse processo de problematização da noção de representação está associado à presença do choque na vida moderna.

O problema toma dimensões abrangentes, e mesmo extremas, quando encaramos, no século XX, a realidade como marcada pela experiência da catástrofe. Esse assunto foi ricamente explorado por Eric Hobsbawm, que levantou um enorme repertório de experiências dolorosas em sua avaliação do século XX e explicou com rigor o que foi “a era da guerra total”. As novas tecnologias foram apropriadas pela barbárie – “Uma nova forma de miséria surgiu com esse monstruoso desenvolvimento da técnica, sobrepondo-se ao homem” (Benjamin, 115). A utilização do conceito de catástrofe por Hobsbawm e por Seligmann é da maior importância. É uma perspectiva colocada para a interpretação do passado histórico do ocidente, quando centramos o olhar no fato de o Holocausto ter sido possível e efetivamente acontecido. A forma radical de extermínio foi de um impacto tão intensamente violento que, quem tentasse representá-lo em moldes tradicionais, estaria reduzindo-o a um objeto de representação com estatuto de experiência assimilável. Todo o problema reside em que, de fato, não há como assimilar uma experiência como essa sem sofrer seu impacto, e ter abaladas as bases de nosso pensamento, tão dedicado à acomodação das coisas em lógicas lineares. É precisamente o espanto com a singularidade do Holocausto, a preservação da perplexidade, que nos impede de banalizá-lo e torná-lo cotidiano. Se é verdade, considerando George Steiner, que há nas inter-relações humanas uma irrefreável pulsão à guerra, a uma afirmação de si pela destruição do outro, o esforço em pensar a violência sem banalizar, sem recair na reprodução de modelos autoritários ou preconceituosos, é imprescindível para a preservação de valores civilizatórios. A perplexidade,

frequentemente melancólica, nos assegura a possibilidade de pensar um mundo em que a subjetividade está abalada e oprimida em uma perspectiva que formule a possibilidade de sua transformação, e não de sua consolidação.

Para expressar com a devida intensidade essa perplexidade, é necessário manter a perspectiva de que no Holocausto há um excesso, uma desmedida, cujos parâmetros não podemos calcular ou padronizar, que estão para além de qualquer medida tolerável de dor, e de qualquer escala racionalizável de desumanização. Representar a experiência da catástrofe em proporções tais como as que a História nos mostrou no século XX implica, necessariamente, uma renúncia aos modos convencionais de representação, pois estes seriam incapazes de preservar a singularidade da experiência e a perplexidade que deve acompanhá-la. O questionamento dirigido ao estatuto da linguagem, dos modos de representação e das formas artísticas tradicionais está ligado a uma busca de renovação da expressão.

Seligmann observa que a “incapacidade de recepção de um evento que vai além dos limites da nossa percepção e torna-se, para nós, algo sem-forma” (Seligmann, p.116-7) constitui o trauma, de acordo com a psicanálise. Em um mundo marcado pela experiência radical de destruição, o trauma se torna um elemento constitutivo da formação social. Por ultrapassar nossos mecanismos de absorção e atribuição de legibilidade aos eventos, o trauma ultrapassa nossas referências de concepção de forma. O problema psicanalítico se torna, na reflexão do autor, um problema estético.

Com o trauma, perdemos a “capacidade de discernimento entre o real e o irreal” (p.122), vendo nossa consciência posta em crise de sustentação. Decorrência natural disso é a condição melancólica, que resulta da experiência dolorosa de perda, cujos limites, no campo coletivo, são inexatos e indeterminados. Na Europa, assinala Márcio, a poética de Paul Celan formula esse dilema. A perda humana do Holocausto, jamais superável, leva escritores a romper com as estruturas convencionais de representação, a suspender as referências de delimitação da realidade, e a refletir melancolicamente.

Podemos colocar o trabalho de Seligmann em diálogo com “Cidadania e ficção”, de José Antonio Segatto, com o fim de avaliar a relevância do assunto para a interpretação de problemas da cultura brasileira.

As teses do sociólogo José Antonio Segatto a respeito da formação da sociedade brasileira apontam para a necessidade de pensar o papel das estruturas autoritárias em nossa experiência histórica. Segatto traça uma linha de continuidade que contempla o conjunto de nossa formação, incluindo a experiência colonial, o império escravista e o período republicano. Essa

continuidade é sustentada pela presença firme do exercício do autoritarismo, em variadas formas, na vida política.

Esse exercício é articulado, segundo Segatto, pela aliança entre o Estado e a classe dominante. Durante o período colonial, o governo de Portugal desenvolveu a política exploratória responsável pela dizimação de tribos nativas; a escravidão representou um exercício sistemático e calculado de coerção pela violência, sendo o governo brasileiro sustentado, durante o império, por essa coerção. No período republicano, tivemos no Estado Novo e na ditadura militar recente períodos de intensa intervenção da política autoritária na vida social. Para dizer de maneira breve, de modo geral, de acordo com Segatto, a política de orientação autoritária tem um papel importante na definição de nossas relações sociais:

Há um certo consenso na historiografia segundo o qual o processo histórico brasileiro caracterizou-se por ter sido marcadamente excludente e autoritário. (...) O Estado no Brasil, independentemente das formas e composições que assumiu nos diferentes momentos e períodos (Monarquia e República; imperial, oligárquico, corporativo, ditatorial, etc) tem ao longo da história uma característica essencial comum: de se impor autoritariamente sobre a sociedade civil. (...) Um processo histórico marcado pela ausência de mudanças bruscas e radicais nas formas de dominação política e de acumulação de capital, ou melhor, pela ausência de transformações revolucionárias que envolvessem o conjunto da sociedade nacional, mas é, ao contrário, assinalado pela conciliação entre frações ou grupos da classe dominante, por meio de reformas “pelo alto”, excluindo das decisões políticas a grande massa da população. (...) a classe dominante sempre procurou rearticular e reorganizar as formas de dominação política e acumulação de capital para fazer frente aos crescentes antagonismos e contradições sociais que se acumulavam, como, também, para impedir que as classes subalternas subvertessem a ordem vigente e, ainda, para truncar sua participação no processo político.” (p. 201-2 e 214)

Rosani Ketzer Umbach nos alerta para o fato de que, no século XX, encontramos experiências de autoritarismo em regimes militares em diversos países na América Latina, assim como na Europa. Segundo a autora, é comum aos regimes autoritários a constituição de estruturas de governo que monopolizam armas, economia, imprensa, e procuram controlar

ideologicamente as ações individuais. Faz parte do exercício do autoritarismo a realização de ações de repressão violenta, dentro dos interesses do Estado.

As opiniões de Segatto nos levam a crer que, para além dos períodos explicitamente caracterizados por políticas autoritárias, encontramos um processo histórico, em seu conjunto, marcado pelo autoritarismo. Isso significa que, ao examinarmos um período tido como mais democrático – os anos 50, ou a atualidade, por exemplo – sabemos que sua sustentação depende da força de algumas instituições cuja consolidação ocorreu em regimes autoritários, ou à custa de repressão. É importantíssima, para compreender especificamente a atualidade, a observação de que “os 15 anos da ditadura Vargas foram decisivos para a consolidação de um padrão autoritário de interação entre o Estado e a sociedade que persiste de certa forma ainda hoje” (Reis, 194). Em um sentido mais abrangente, nosso passado colonial, escravista, patriarcal, calcado em ações de repressão e violência – cobiça, para usar o termo cunhado por Paulo Prado nos anos 20 – é o solo sanguinolento em que construímos nossa glória.

O papel preponderante de políticas e estruturas autoritárias ganha nitidez quando observamos a presença impressionante da violência, sobretudo da violência a serviço do Estado, em nossa formação histórica. Não é casual, nesse sentido, que Karl Erik Schollhammer tenha a coragem e a força de enunciar que no Brasil “a violência aparece como constitutiva da cultura nacional, como elemento ‘fundador’”, e que, seguindo Ariel Dorfman, “a violência forma (...) a cosmovisão do latino-americano” (Schollhammer, p.236-7). Dedicado a entender a literatura brasileira contemporânea, o autor propõe a representação da violência como eixo para entendimento de sua caracterização formal e temática.

É imprescindível referir neste ponto ao ensaio de Antonio Candido, de 1979, intitulado “Censura-violência”. Nele, Candido mostra sua forte preocupação com a violência social, seu respeito pelo levantamento feito pelo historiador Edgard Carone da “sucessão ininterrupta de ferocidade, numa cadeia de chacinas, conflitos sanguinolentos, intervenções armadas cheias de selvageria” que encontramos em nossa formação social (Candido, p.205), e que nos afasta da imagem de “um Brasil pacífico por natureza, cordato e generoso” (idem, p.204).

Em escritores como Drummond e Clarice Lispector, a representação do Brasil não se dá de maneira idealizada, mas permeada por “identidades e alteridades que se entrecruzam e se superpõem gerando afiliações/resistências múltiplas e não-lineares” (Schmidt, 7), sendo esses escritores dedicados à literatura de uma forma “essencialmente adversa a qualquer movimento político que se empenha numa direção” próxima à do fascismo,

sendo a “desarmonia na arte” elemento formal necessário para a compreensão da dimensão conflitiva do sujeito (Rosenfeld, 191-2).

Na medida em que compreendemos o papel preponderante do autoritarismo e da violência na formação histórica brasileira, somos levados a questionar a sua importância para as concepções estéticas e literárias surgidas em nossa cultura. Trazendo para o campo brasileiro alguns dos pontos levantados por Márcio Seligmann-Silva, podemos propor o seguinte.

A experiência crua do passado violento e autoritário, incluindo os massacres da inquisição, o escravismo exploratório, a repressão patriarcal, constitui uma série de traumas, no sentido social discutido por Seligmann. Sua constância e complexidade nos coloca, com certeza, diante da perspectiva da realidade como catástrofe, de história como ruína. Seguindo Theodor Adorno, sabemos que antagonismos da realidade se apresentam em obras de arte como antagonismos formais. Elementos como hibridismo de gêneros, relativização da verdade, problematização da linguagem, perplexidade diante do objeto tratado serão fundamentais para indicar, no interior das formas literárias, a percepção dificultada e melancólica da realidade violenta e traumática.

Para a pesquisa literária, é necessário o desafio de verificar como, nas formas literárias, encontramos lapsos, descontinuidades, contradições, subversões de convenções, rupturas com gêneros tradicionais, questionamentos a respeito da capacidade comunicativa e expressiva da literatura. Devemos redobrar a atenção sobre esses elementos quando interessam não como fim em si mesmos, como experimentos formais, mas quando associados a temas que, direta ou indiretamente, digam respeito ao impacto brutal da violência social.

Alguns dos maiores escritores brasileiros se dedicaram a lidar com temas referentes a experiências de autoritarismo, violência e opressão. E alguns dentre eles abdicaram da perspectiva realista, que faz supor, conforme Ian Watt, uma capacidade de compreensão do objeto representado, em parâmetros documentais e/ou racionais. Em vez dela, procuraram tensionar o limite entre realidade e imaginação, subverter parâmetros tradicionais, apontar ambivalências da linguagem, pautar a representação em contradições, romper, enfim, com os padrões tradicionais de entendimento da consciência e da linguagem.

Em escritores como os mencionados no início deste estudo, a complexidade da forma frequentemente se associa à referência a estruturas autoritárias, violência e opressão. Como um escritor pode, defendendo valores humanistas, se comportar em um contexto autoritário, sendo o autoritarismo por definição hostil à livre expressão? Como pode reagir à desumanização,



à violência social, ao apagamento do sujeito pela lógica do mercado? Seguindo a Escola de Frankfurt, esboçemos uma hipótese. Renovando sua forma, sua linguagem e rompendo com idéias que a tradição impôs. A fragmentação da forma narrativa, em livros como *Grande sertão: veredas* e *A hora da estrela*, se vincula com a problematização, por parte do narrador, da possibilidade de entender uma experiência, pelo seu grau de violência, no caso do primeiro, pela exclusão social, no caso do segundo. Como afirma Riobaldó, as coisas se mexem dos lugares: a experiência, por sua complexidade e impacto, não tem seu sentido dominado pelo protagonista.

O distanciamento entre a experiência e as condições necessárias para seu entendimento é um elemento constante na produção dos autores mencionados. É também um aspecto muito importante, quando se descreve o processamento de um trauma. Aproximemos esses dois aspectos. Os modos como esses escritores representam experiências humanas, quando incidem em aproximações temáticas do autoritarismo e da violência, estão freqüentemente marcados pela fragmentação e descontinuidade formal. Esses elementos são importantes para desfazer qualquer impressão de “normalidade” que aos componentes de catástrofe da História se pudesse atribuir. Para a catástrofe, guardemos a perplexidade, a inquietação, jamais a linearidade ou a banalização.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor. Posição do narrador no romance contemporâneo. In: BENJAMIN, Walter e outros. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- ADORNO, Theodor. *Teoria estética*. Lisboa: Martins Fontes, 1988.
- AUERBACH, Erich. A meia marrom. In: \_\_\_\_\_. *Mimesis*. São Paulo: Perspectiva, 1976.
- BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERND, Zilá. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1992.
- CANDIDO, Antonio. Censura-violência. In: \_\_\_\_\_. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- REIS, Elisa P. O Estado Nacional como ideologia: o caso brasileiro. *Estudos Históricos*. São Paulo: APDH, 1988. n.1988/2.
- ROSENFELD, Anatol. Arte e fascismo. In: \_\_\_\_\_. *Texto / contexto II*. São Paulo: Perspectiva / Edusp / Ed Unicamp, 1993.
- SANSEVERINO, Antonio. A poética do irrealizável, ou o princípio da corrosão. *Nonada*. Porto Alegre: Ritter dos Reis, 1999. n.2.

- SCHMIDT, Rita. Prefácio. In: \_\_\_\_, org. *Nações / narrações*. Porto Alegre: ABEA, 1997.
- SCHOLLHAMMER, Karl Erik. Os cenários urbanos da violência na literatura brasileira. In: PEREIRA, Carlos Alberto et alii. *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- SEGATTO, Jose Antonio. Cidadania e ficção. In: VÁRIOS. *Sociedade e literatura no Brasil*. São Paulo: UNESP, 1999.
- SELIGMANN-SILVA, Márcio. A história como trauma. *Pulsional. Revista de Psicanálise*. São Paulo: Escuta, dez/jan 1998/99. n.116/117.
- STEINER, George. *Linguagem e silêncio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- STEINER, George. *No Castelo de Barba Azul*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- UMBACH, Rosani Ketzer. Literatura e autoritarismo. A personagem do escritor frente à repressão em duas obras da literatura alemã contemporânea. *Letras*. Santa Maria: Mestrado em Letras da UFSM, 2000. n.16.
- WATT, Ian. *A ascensão do romance*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- ZILBERMAN, Regina. *A terra em que nasceste*. Imagens do Brasil na literatura. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.